



Poder: da coercitividade medieval ao simbolismo televisivo.¹

George Fábio GUIMARÃES²

Sara MARTINS³

Fernando RIZZARO⁴

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a televisão como instrumento de perpetuação do poder simbólico. Na primeira seção é apresentado o poder coercitivo na visão de Thompson e sua relação com as classes dominantes do medievo. A segunda seção apresenta detalhes sobre o processo que culminou na criação do televisor. A terceira seção discute a influência da teoria funcionalista da comunicação no conteúdo produzido para televisão. O foco da quarta seção está na obra de Bourdieu e descreve os processos de violência simbólica perpetrados pelas emissoras de televisão.

Palavras-chave: Práticas de poder; Teoria funcionalista; Violência simbólica; Televisão.

1. O Poder Coercitivo

Em *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Thompson aborda quatro tipos de poder: econômico, político, coercitivo e cultural ou simbólico. O presente trabalho exemplificará os poderes coercitivo e simbólico, apontando as diferenças das suas formas de aplicação, conforme as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Usaremos a palavra “poder” com o mesmo significado definido pelo autor: “poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. (THOMPSON: 2008, p. 21). O poder coercitivo “implica o uso, ou a ameaça, da força física para subjugar ou conquistar um oponente. A força física se aplica de muitas

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Orientador do trabalho: Professor de História Licenciado plenamente pela UNISUAM. Contato: georgefabio@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UNESA. Contato: saramartinsrio@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UNESA. Contato: fernando@robogigante.com.br.



maneiras, com diferentes graus de intensidade e diferentes resultados”. (THOMPSON: 2008, p. 23)

Durante a Idade Média⁵, o exercício do poder estava relacionado à sua patenteação. O clero e a Igreja Católica detinham o poder e conseqüentemente, as construções dos castelos e igrejas eram suntuosas, para ostentá-lo. O poder espiritual era inquestionável e permitia a Igreja sagrar os representantes do poder temporal, investindo aos reis e imperadores de autoridade. Uma vez empossados, detinham o direito “divino” de governar de modo absoluto em seus domínios. Freitas ilustra tal situação através do discurso de Luís XV:

é exclusivamente na minha pessoa que reside o poder soberano... é só de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso não pode nunca ser voltado contra mim; é a mim unicamente que pertence o poder legislativo sem dependência e sem partilha... a ordem pública inteira emana de mim, e os direitos e interesses da Nação, de que se ousa fazer um corpo separado do Monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam unicamente nas minhas mãos. (FREITAS: 1976, v. II, p.22)

Quem transgredia as leis eclesiásticas ou reais sofria punições, inclusive corporais. Para Rousseau, “ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade; quando muito, é um ato de prudência”. (ROUSSEAU: 2007, p.26). Os vassalos suportavam as precárias condições de vida em troca da proteção nos feudos. Ser um servo era uma opção mais plausível que viver isolado do convívio comunitário, protegendo a si mesmo contra investidas inimigas. A estrutura baseada no binômio vassalagem-suserania existia não por ramificações nobiliárquicas, mas pelo grau de interdependência entre os dominantes e os dominados. Para Elias,

a lealdade dos vassalos era, afinal, regulada exatamente pelo grau de dependência entre as partes, pelo jogo da oferta e procura entre os que davam terra e proteção em troca de serviços, por um lado, e aqueles que deles necessitavam, por outro. (ELIAS 1990:64)

Com o objetivo de mostrar autoridade, era exercida a coerção sobre os que não realizavam a vontade real. A medida punitiva utilizada era a tortura, o suplício:

o suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. (...) deve haver, nessa liturgia da pena, uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca. E esta superioridade não é simplesmente a do direito, mas da força física do soberano

⁵ No período denominado de Idade Média, caracterizado pelo feudalismo, havia rígida estratificação social, as propriedades eram agrárias e a economia era de subsistência. Clero e Igreja católica detinham o poder político.



que se abate sobre o corpo do adversário e o domina (...) O suplício não restabelecia a justiça; reativava o poder. (FOUCAULT: 2009, p. 49)

Maquiavel⁶ teoriza que “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” e “é muito mais seguro ser temido que amado”. Os soberanos eram temidos e mantinham o temor dos servos a fim de manter a posição superior. Em algumas situações, inclusive a morte era usada como castigo e exemplificação; uma forma marcante da autoridade real. Segundo Foucault, a execução pública era

mais uma manifestação de força do que uma obra de justiça; ou antes, é justiça como força física, material e temível do soberano que é exibida. A cerimônia do suplício coloca em plena luz a relação de força que dá poder à lei. (FOUCAULT: 2009, p. 50)

O uso da força física não visava apenas castigar o indivíduo por um crime cometido e tinha dupla função: fortalecer o poder do rei; através dos exemplos, evitar a sublevação. Mesmo depois de mortos, portanto sem possibilidade de recuperação ou punição, os corpos eram usados como símbolos que expunham a autoridade do soberano. “Os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível”. (FOUCAULT: 2009, p. 36). Ou seja: a visibilidade do castigo e do corpo vilipendiado era fundamental para atingir o fito de exibição e exemplificação. “Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido”. (FOUCAULT: 2009, p. 56). Tal prática, entretanto, caiu em desuso com a queda do sistema feudal e conseqüentemente, do poder da nobreza. Paulatinamente, o capitalismo solapou o feudalismo e a figura real cedeu lugar à burguesia.

Os burgueses buscavam poderio econômico e seus princípios contrastavam com o absolutismo. A Revolução Inglesa, primeira revolução promovida pela burguesia na Europa durante o século XVII, foi um conjunto de conflitos que minaram o poder majestático e fomentaram condições para a Revolução Industrial, anulando as forças dominantes até então. “A burguesia (...) se desenvolvia, aumentava seus capitais e

⁶ Niccolò Machiavelli (Florença, 3/5/1469 — Florença, 21/6/1527). Originário de uma família decadente, mas antiga, teve educação formal e contato com os clássicos ainda na adolescência. Começou uma carreira no governo da República de Florença com a queda de Girolamo Savonarola. Exerceu cargos governamentais e desenvolveu missões diplomáticas na França, na Santa Sé e na Alemanha. Sua atividade política e diplomática foi, certamente, a base de seu pensamento. (FERNANDES: 2009)



colocava num plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média”. (MARX, ENGELS: 2000, p. 47).

A Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século XVII, transformou a situação política, econômica e social primeiramente na Inglaterra e logo depois, na Europa e no mundo. Findo o feudalismo e o absolutismo, a burguesia consolidou sua posição política e o capitalismo tornou-se o novo modo de produção. Houve o êxodo dos campos para a cidade, acarretando na urbanização; progresso dos meios de transporte e de comunicação; separação entre os meios de produção e o trabalho; concentração dos trabalhadores nas fábricas.

“A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação a rural. (...) Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos”. (MARX, ENGELS: 2000, p. 49, 50).

A produção nas fábricas era intensa e os indivíduos foram obrigados a sujeitarem-se ao novo ritmo. Trabalhavam em jornadas que poderiam ultrapassar 15 horas diárias (COTRIM: 1996, p. 74) em locais insalubres. “Tais operários, obrigados a se vender peça por peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo”. (MARX, ENGELS: 2000, p. 51). Mulheres, idosos e crianças também trabalhavam para ajudar na renda familiar, pois os salários eram baixos. Além disso, os operários foram alienados de seus instrumentos de trabalho, uma vez que não possuíam mais o material e as ferramentas necessárias para a confecção de produtos. De acordo com Gorz,

"A expansão das indústrias transforma a sociedade em uma gigantesca máquina que, em vez de libertar os humanos, restringe seu espaço de autonomia e determina como e quais objetivos eles devem perseguir. Nós nos tornamos os serviços dessa megamáquina. A produção não está mais ao nosso serviço, nós é que estamos a serviço da produção". (GORZ: 2008, p. 59)

A sociedade que surge após a Revolução Industrial impulsiona a criação dos meios de comunicação de massa, representantes de uma nova maneira de comunicar a realidade alinhada ao ideal industrial. É preciso que haja um grande volume de informação, que tais informações estejam disponíveis em intervalos de tempo mais curtos, com mais eficiência e alcance e preferencialmente que gerem mais lucros para as empresas por elas responsáveis. A lógica da megamáquina é encontrada nas revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão, sempre ampliando a esfera de influência dos meios, tanto social como geograficamente, promovendo a constante expansão da rede informacional. Existe, porém um preço pela ampliação da rede. De acordo com Gomes,



“hoje, os meios de comunicação de massa assumiram um papel preponderante, dando explicações e interpretações da realidade. Neles se formulam e se debatem as principais questões da sociedade moderna desenvolvida” (GOMES: 2004). A interpretação da realidade foge então da esfera do indivíduo, ela é agora alçada das corporações que controlam a informação, situação essa que se potencializou com o advento do televisor.

O início das transmissões de televisão ocorreu na década de 30, com base em dois modelos: o público europeu, com programações mais voltadas ao lado educativo e o comercial americano, assinalado pela publicidade. Esse modelo e serviu de base para a programação televisiva em outros países.

2. A televisão

É difícil precisar com exatidão quem foi o responsável pela criação do aparelho conhecido como televisor, uma vez que o sistema de transmissão de imagens à distância era pesquisado simultaneamente em diversos países desde 1876, quando se descobriu que o elemento químico selênio⁷ sofre alterações em sua condutividade elétrica ao ser exposto a uma fonte de luz. Com essa descoberta foi possível desenvolver o tubo catódico por Karl Ferdinand Braun⁸ em 1897, aparelho precursor do cinescópio. Além do tubo de raios catódicos, as pesquisas referentes ao processo de teletransmissão obtiveram um grande impulso com o surgimento do dispositivo conhecido como iconoscópio⁹. Patentado por Vladimir Kosma Zworykin¹⁰ em 1923, o iconoscópio ou tubo iconoscópico se constitui em um dispositivo opto-eletrônico, ou seja, emula eletronicamente o funcionamento do olho humano. O iconoscópio é um conversor de imagens, capturando-as e transmitindo-as para os receptores de modo análogo às modernas câmeras de vídeo.

⁷ Selênio é um elemento químico do grupo VIa da tabela periódica, símbolo Se, com propriedades químicas e físicas muito semelhantes às dos elementos químicos enxofre e telúrio. Foi reconhecido como elemento em 1818 pelo químico Jöns Jacob Berzelius. Existe sob formas, das quais as três principais são a amorfa (não cristalina), que é vermelha na forma de pó e negra na forma vítrea; a cristalina, que é vermelha; e a metálica cinza, também cristalina. (SCHAEFER: 2009)

⁸ Karl Ferdinand Braun (Fulda, 6/6/1850 — Nova Iorque, 20/4/1918). Físico alemão nascido em Fulda, Hesse-Kassel, hoje na Alemanha, que dividiu o Prêmio Nobel de Física (1909) com Guglielmo Marconi, da Marconi Wireless Telegraph Co. Ltd., Londres, por suas contribuições para o desenvolvimento do telégrafo sem fio. Braun desenvolveu o primeiro tubo de raios catódicos, o qual foi o precursor do cinescópio. (FERNANDES: 2009)

⁹ Do grego *εικωνο σκοπειν*, onde *εικων* significa imagem e *σκοπειν* significa visão. (GINGRICH: 1981, p. 52, 150)

¹⁰ Vladimir Kosma Zworykin (Murom, 30/7/1889 — Princeton, 29/7/1982). Físico e engenheiro eletrônico russo, nascido em Murom, Rússia, e naturalizado estadunidense (1924), famoso por suas pesquisas no desenvolvimento da televisão. (FERNANDES: op. cit. 2009)



As transmissões experimentais de vídeo eram realizadas na Inglaterra desde 1924 com o trabalho de John Logie Baird¹¹, combinando processos mecânicos com auxílio de espelhos rotativos, mas foi no EUA que se empregou de modo pioneiro um sistema totalmente eletrônico, livre do auxílio analógico. Philo Taylor Farnsworth¹² demonstrou publicamente em 1927 um sistema que dissecava as imagens geradas pelos raios catódicos, apresentando um sistema funcional de televisão.

Entre 1927 e 1930 surgem as primeiras emissoras de sinal televisivo, como a inglesa BBC. Entretanto, com preços que chegavam a US\$ 7.000,00 em valores atuais, falta de programação diversificada e precariedade técnica, a televisão não foi um sucesso imediato. O início da Segunda Guerra mundial contribuiu para refrear as pesquisas sobre teletransmissão das imagens. Somente após o conflito, com o afluxo de renda e a retomada das pesquisas que o sistema de televisão realmente se consolidou. No início da década de 50 a televisão já se afirmava como veículo de comunicação de massa, presente em diversos lares.

Foi na mesma década de 50 que a televisão chegou ao Brasil, por intermédio de Assis Chateaubriand¹³, proprietário dos Diários Associados. Com aparelhagem americana, Chateaubriand monta em São Paulo a TV Tupi, primeira emissora do país e em 18 de setembro de 1950, no canal 3, tem a sua transmissão inaugural, apesar de não haver nenhum aparelho receptor de sinal televisivo nos lares brasileiros, fato que levou Chateaubriand a espalhar televisores na cidade de São Paulo para apresentar a novidade à população.

Ocorreram avanços significativos na transmissão do sinal de vídeo e na qualidade dos aparelhos receptores. Em 1954 é apresentado um sistema de conversão de imagens em cores pela rede americana NBC. Em 1960, a japonesa Sony lança o

¹¹ John Logie Baird (Helensburgh, 13/8/1888 — Bexhill-on-Sea, 14/6/1946). Engenheiro elétrico escocês nascido em Helensburgh, Dunbarton. Educado na Larchfield Academy, o Royal Technical College, e na University of Glasgow, foi o primeiro homem a enviar imagens estáticas através de um sistema mecânico de televisão analógica, televisando quadros de objetos em movimento. Produzido em esboço (1924), transmitiu contornos tremeluzentes de objetos. (Ibid: 2009)

¹² Philo Taylor Farnsworth (Indiana Springs, 19/8/1906 — Salt Lake City, 11/3/1971). Foi um pioneiro americano no desenvolvimento da televisão operando pelo princípio eletrônico. Em 1927, Farnsworth recebeu a patente para um sistema de transmissão de imagem de concepção totalmente eletrônica, com o desenvolvimento do chamado tubo dissecador, usado para a varredura da imagem, o qual operava em conjunto com outro tipo de dispositivo eletrônico consistindo de um multiplicador de elétrons, denominado pelo inventor como multipactor, cuja finalidade era aumentar a sensibilidade do dissecador. (FERNANDES: op. cit. 2009)

¹³ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (Umbuzeiro, 4/10/1892 — São Paulo, 4/4/1968). Histórico jornalista e empresário brasileiro nascido em Umbuzeiro, Paraíba, que se tornou dono de um império jornalístico, Os Diários Associados (1940-1980) constituído à base de interesses e compromissos políticos, e que se notabilizou pela enorme influência que exerceu, por várias décadas, junto às altas esferas de decisão no Brasil (1940-1970). Foi Senador pelo Maranhão (1952-1957), mas renunciou ao mandato ao ser designado embaixador em Londres (1957-1960), no governo Kubitschek. Fundador do Museu de Arte de São Paulo, o MASP, escreveu vários livros e tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira nº 37. (Ibid: 2009)



aparelho equipado com transistores, substituindo as válvulas, barateando o custo de produção. Em 1962 são realizadas transmissões via satélite com o intermédio do Telstar, projeto conjunto entre a NASA e a agência de telecomunicações americana AT&T. Posteriormente surgem monitores com ecrã plano, com dimensões cada vez maiores, integrados a outros sistemas como DVD, eliminação do tubo de imagem em prol do sistema LCD e plasma e mais recentemente a implementação do sinal digital, garantindo a quem tenha um aparelho HDTV (High Definition TV – TV de alta definição) possa assistir produtos com maior qualidade de imagem e som (FAZANO: 2009).

A chamada TV aberta no Brasil se constitui num instrumento de integração nacional através dos serviços prestados. Cerca de 90% dos lares brasileiros têm pelo menos um aparelho de televisão de acordo com dados do IBGE publicados em 2003, o que corresponde a uma base de 44.248.829 domicílios. A TV exerce um grande impacto cultural na sociedade. Com uma programação diversificada e orientada para entreter e informar, não raros são os casos em que tais elementos são transpostos para o convívio social, seja por um bordão ou por um gesto, um estilo de vestimenta ou comportamento. A sociedade e a televisão refletem-se mutuamente, numa relação de verossimilhança midiaticizada. Esse ato reflexo muitas vezes inconsciente pode ser melhor analisado sob a ótica da Teoria funcionalista da Comunicação.

3. A televisão na visão funcionalista

A teoria funcionalista tem viés sociológico e busca explicar o fenômeno comunicacional através da relação entre os meios de comunicação e a sociedade em que se inserem. A relação entre meio de comunicação e sociedade tem funções de integração e de manutenção do organismo social, mantendo-o equilibrado entre as tensões existentes. A teoria funcionalista pressupõe um condicionamento do indivíduo em seu contexto sócio-político, econômico e mesmo geográfico por influência direta dos meios de comunicação de massa.

Em sistemas totalitários, as informações transmitidas serão cerceadas pelo poder público, a educação será voltada para a disseminação da ideologia política e o entretenimento não irá divergir do alinhamento político predominante. Porém para os funcionalistas, o mesmo se dá em qualquer outro sistema vigente, seja ele político ou econômico. Segundo Lasswell, o processo de comunicação cumpre três funções principais na sociedade:



a) a vigilância do meio, revelando tudo o que poderia ameaçar ou afetar o sistema de valores que a compõem; b) o estabelecimento de relações entre os componentes da sociedade para produzir uma resposta ao meio; c) a transmissão da herança social. (MATTERLAT apud LASSWELL: 1999, p. 40)

Na visão de Wright, as interconexões entre os meios de comunicação de massa e a sociedade se estruturam em relações funcionais, devidamente inventariadas onde:

o objetivo é articular, nomeadamente, as funções e as disfunções latentes e manifestas das transmissões jornalísticas, informativas, culturais, de entretenimentos, respeitantes à sociedade, aos grupos, aos indivíduos, ao sistema cultural. (WRIGHT in WOLF, 1987, p. 60)

No que tange à sociedade, os meios de comunicação funcionam como indicadores de alertas contra ameaças ao organismo social, independente da natureza da ameaça, além de servir como índice para determinadas atividades. Já na esfera do indivíduo, os meios de comunicação de massa são responsáveis por atribuir ou remover status, bem como reforçar o prestígio pela aquisição de material informacional, gerando até mesmo em alguns casos uma relação de posse entre o produto intelectual e o consumidor. Também é função dos meios de comunicação reforçar a estrutura social e suas normas. Esta função é provida de caráter ético, onde ao denunciar abertamente os desvios de conduta de um indivíduo à opinião pública, reforça a relação de soberania entre o Estado e a sociedade. As medidas punitivas do medievo apresentadas por Foucault, sempre executadas nos patíbulos para execração pública do infrator são transpostas em menores proporções para a televisão. Tal pressuposto pode soar descaracterizado em sistemas econômicos como o capitalista, reconhecidamente mais liberal, porém para Wolf, “a lei fundamental da cultura de massa é do mercado e sua dinâmica resulta do diálogo entre produção e consumo”. (WOLF, 1987, p. 93).

A televisão no modelo brasileiro é um meio de comunicação gratuito para o consumidor final, isento de tarifas e com transmissão contínua em períodos próximos a 24 horas, todos os dias da semana. O lucro das emissoras provém dos anunciantes, tanto dos setores públicos quanto privados, sendo eles, portanto os verdadeiros idealizadores dos conteúdos televisivos. Poderia não ser produtor em algumas situações contrariar os interesses dos anunciantes, o que acarreta na produção sistemática de material ideologicamente alinhado aos interesses dos patrocinadores da programação. É preciso produzir cada vez mais conteúdo para atender à demanda e esse conteúdo deve ser consoante com valores e ideologias previamente estabelecidos pelos detentores do poder simbólico, que segundo Thompson, é a “capacidade de intervir no curso dos



acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão das formas simbólicas” (THOMPSON: 2008, p. 24). A televisão é um dos instrumentos desse poder.

Tamanho volume de dados não torna o indivíduo bem-informado, ao contrário, o acúmulo de informação acarreta na narcotização do cidadão, inibindo estímulos que poderiam servir como elemento transformador na visão de Merton e Lazarsfeld. Essa amortização do indivíduo é conhecida como disfunção narcotizante. Para Domingues,

o indivíduo bombardeado pelos meios de comunicação, com mensagens de toda espécie, confunde o fato de conhecer os problemas cotidianos com a prática salutar de atuar sobre eles. Ou seja, nossa consciência social permanece inalterada e, em vez da participação ativa nos problemas sociais, adquirimos vasto e mero conhecimento passivo, e nada mais. (DOMINGUES, 2003)

Não é possível assimilar de maneira completa todos os dados transmitidos diariamente. “Há milhares de fatos acontecendo e seria impossível informar tudo. Assim, é preciso escolher o que será informado. E as escolhas que a imprensa faz revelam o que ela, enquanto instituição, pensa, ditando assim o que o cidadão deve pensar”. (DOMINGUES, 2003). Ao ditar o padrão de pensamento do indivíduo, abre-se espaço para a conformação ideológica. Uma das formas mais empregadas para essa padronização do pensamento é a chamada violência simbólica.

4. A violência simbólica

Conceituada por Pierre Bourdieu¹⁴, a violência simbólica esclarece o funcionamento das relações de dominação ausente de coerção física ocorridas entre o indivíduo, dominado e o sistema vigente, dominante. A violência simbólica é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre e estaria deste modo presente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas instituições sociais. Apesar de ser uma forma de agressão ao indivíduo, ele não a percebe como violência, mas sim um tipo de interdição desenvolvida com base na submissão naturalmente existente para com o dominante. O dominado sofre a violência, conscientemente, porém pelo fato de estar inteiramente ligado ao dominador em diversas formas. Na visão de Aulagnier,

unindo o registro do desejo de um, ao registro da necessidade do outro: ao instrumentar o desejo sobre o objeto de uma necessidade, a violência primária alcança seu objetivo, que é o de converter a realização do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre (...). Acrescentemos que,

¹⁴ Pierre Félix Bourdieu (Denguin, 1/8/1930Paris, 23/12002). Sociólogo, em 1960 integra-se ao Centro de Sociologia Européia, do qual se torna secretário geral em 1962. Desenvolve ao longo das décadas de 1960 a 1980 farta obra, contribuindo significativamente para a formação do pensamento sociológico do século XX. (FERNANDES: 2009)



quase sempre, ela permite aos seus protagonistas desconhecerem as características desta violência (AULAGNIER: 1979, p. 38).

A violência existe, mas não é facilmente percebida. Ela se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do cosmo simbólico e social em que os indivíduos se inserem, criando assim sistemas simbólicos. A ação de violência pode ser refletida até mesmo corporalmente nos *habitus*¹⁵ dos dominados. Para Bourdieu, “mais do que simples ideologias (visões distorcidas da realidade com vistas à legitimação de uma classe social), os sistemas simbólicos seriam, autenticamente, sistemas de percepção, pensamento e comunicação” (NOGUEIRA apud BOURDIEU: 2004, p. 35). Com isso, para criar um estado mental adequado à dominação, a televisão irá se valer de artifícios cujo objetivo é perpetuar a ordem social. Tais agressões são apresentadas diariamente e de modo velado. Pode-se citar como exemplo a desvalorização feminina, relegando à mulher o papel único de mãe e dona de casa. O homem, chefe da família, é apresentado como provedor, orientado para o mercado, fonte de inspiração para os filhos e senhor em seu lar. Esse modelo exclui propositalmente minorias como homossexuais e grupos étnicos historicamente marginalizados. Também é comum a glorificação do modo de vida da periferia, onde todos os integrantes das classes mais baixas vivem em um ambiente cercado de felicidade e fartura, sem nunca faltar nada, o que cria uma visão romantizada sempiterna da classe média.

A violência simbólica então consiste não apenas na desvalorização do dominado pela demonstração televisiva de submissão, mas na própria exclusão dos atores sociais, indivíduos estes que não são relevantes para as estruturas dominantes da sociedade. Da forma como o sistema funciona, é difícil a sublevação contra essa realidade pois em muitos casos o dominado não se reconhece na televisão, simplesmente por sequer existir na programação.

Na hipótese dos usos e gratificações espectadores são visto como participativos: não recebem quaisquer informações de forma passiva, uma vez que

¹⁵ *Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 pelo sociólogo Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo Cartesiano que enviesa as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional. A noção tem um papel central no esforço levado a cabo durante uma vida inteira por Bourdieu para construir uma “economia das práticas generalizada” capaz de subsumir a economia, historicizando e, por aí, pluralizando as categorias que esta última toma como invariantes (tais como interesse, capital, mercado e racionalidade), e especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca, quer o modo concreto como estes se encontram, se propulsionam, ou se contrariam uns aos outros (WACQUANT: 2009).



analisam se vão ou não assistir e o que assistir. Segundo essa hipótese, a audiência é ativa e escolhe algo que gratifique sua escolha. Apenas a televisão não determina seu gosto e não define o que será visto. A teia social onde o indivíduo está inserido tem grande peso na decisão.

Considerações finais

A decisão do indivíduo em consumir ou não determinado produto televisivo deve levar em consideração um fato pouco discutido: a televisão é primariamente um entretenimento. Walsh nos lembra que “a transmissão da TV é paga por anunciantes que têm produtos e serviços a vender. Quanto mais as pessoas assistem certos programas (quanto mais altos os índices de audiência), as empresas de televisão podem cobrar mais pelo espaço comercial” (WALSH, GOLDMAN, BROWN: 1996, p. 13). É comum atribuir não apenas à televisão, mas a todos os outros meios de comunicação de massa um papel diverso do que é proposto originalmente. Não é responsabilidade da televisão educar ou instruir, se assim o faz é de modo indireto, cabendo ao espectador que se distancie da programação para que possa enfim organizar as informações recebidas, gerando conhecimento. Mesmo antes da invenção e difusão do sinal televisivo, Schopenhauer afirma que a leitura poderia cercear os pensamentos próprios:

o excesso de leitura tira do espírito toda a elasticidade, da mesma maneira que uma pressão contínua tira a elasticidade de uma mola. O meio mais seguro para não possuir nenhum pensamento próprio é pegar um livro nas mãos a cada minuto livre. (SCHOPENHAUER: 2008, p. 41)

Ou seja: a televisão, como qualquer outro dispositivo criado pelo homem, é qualificada pelo uso que se faz dela. Não é a televisão por si só que aliena o indivíduo, tornando-o apático, mas a atitude complacente do espectador. O poder é exercido, sim, mas pode ser contestado. Essa forma de contestação consiste em simplesmente não experimentar continuamente a transmissão televisiva. Não é imposto ao indivíduo que consuma televisão, não existe uma coerção impingindo tal ação ao espectador. Todos têm a liberdade para pensar, para formular seus pensamentos sem a interferência da mídia, tarefa essa que pode se simplificar com a TV desligada. Afinal, segundo Thompson, “quem não sentiu a necessidade, de vez em quando, de se afastar das imagens que aparecem na televisão, de fechar temporariamente o espaço de experiência aberta por ela, e de retornar às tranquilizantes realidades de própria vida diária?” (THOMPSON: 2008, p. 198)



Referências

- AULAGNIER, P. **A Violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- COTRIM, G. **História e consciência do mundo 2**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.
- DOMINGUES, S. **A narcotização silenciosa**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lr6w56>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FAZANO, C. **A idade do elétron**. Disponível em <<http://tinyurl.com/m6p4ea>>. Acesso em: 14 jun. 2009.
- FERNANDES, C. **Índex: Só biografias**. DEC – Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mb6com>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 31ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- FREITAS, G. **900 textos e documentos de história**. v. II. Lisboa: Plátano, 1976.
- GINGRICH, F. **An index to the Bauer-Arndt-Gingrich greek lexicon**. Grand Rapids: The Zondervan Corporation, 1981.
- GOMES, P. **Tópicos de teoria da comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004
- GORZ, A. **Carta a D**. História de um amor. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- NOGUEIRA, C.; NOGUEIRA, M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MATTELART, A. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- ROUSSEAU, J. **Do contrato social**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2007.
- SCHAEFER, S. **Tabela periódica online**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n9jegg>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- SCHOPENHAUER, A. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- WACQUANT, L. **Esclarecer o habitus**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nau8n3>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- WALSH, D.; GOLDMAN, L.; BROWN, R. **Physician Guide to Media Violence**. Chicago: American Medical Association, 1996.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.